



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2019

(Do Sr. CAMILO CAPIBERIBE e outros)

Altera o art. 168 da Constituição, para dispor sobre a entrega dos duodécimos.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 168 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 168

Parágrafo único. A entrega dos recursos deverá ser feita com base na receita efetivamente arrecadada, obedecida a proporção fixada na lei orçamentária anual, até o limite acumulado mensal do valor fixado por esta, cabendo aos Poderes, ao Ministério Público e à Defensoria Pública promoverem, por ato próprio e nos montantes necessários, limitação de empenho e movimentação financeira, na forma da lei complementar a que se refere o caput.” (NR)

Art. 2º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

A presente iniciativa busca vincular a entrega dos duodécimos constitucionais à efetiva arrecadação dos valores que justificaram a fixação das despesas nos Poderes Legislativo e Judiciário, no Ministério Público e na Defensoria Pública.

Tendo em vista a suspensão de eficácia do § 3º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000¹ (ADIN 2238-5), entendemos que o sistema orçamentário oferece incentivos adversos que ferem o equilíbrio entre os Poderes.

O ordenamento jurídico corrente oferece ao Poder Legislativo a capacidade de superdimensionar a receita pública durante a apreciação da lei orçamentária anual, à revelia dos estudos e subsídios técnicos dos órgãos fazendários. Com isso, abre-se a brecha para a ampliação das dotações orçamentárias, com destaque para as relativas aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público e à Defensoria Pública. Ainda que o Poder Executivo vete as alterações, sempre caberá ao Legislativo a última palavra antes da judicialização da questão.

Uma vez que os duodécimos são calculados com base nas despesas fixadas e que cabe preponderantemente ao Poder Executivo a responsabilidade legal de cumprir as metas fiscais definidas em lei (tendo em vista a medida cautelar que suspendeu a eficácia do § 3º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal), o sistema atual mostra-se extremamente perverso com o Poder Executivo e, até mesmo, com o interesse público. Ora, a

¹ Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

.....

§ 3º No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no caput, é o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

.....



CÂMARA DOS DEPUTADOS

3

possibilidade de os demais Poderes realizarem despesas acima das capacidades financeiras reais do ente obrigará o Poder Executivo, responsável pela maioria dos serviços públicos, a efetuar cortes além do que seriam razoáveis, a fim de manter o equilíbrio orçamentário-financeiro do governo.

Parágrafo único. A entrega dos recursos deverá ser feita com base na receita efetivamente arrecadada, obedecida a proporção fixada na lei orçamentária anual, até o limite acumulado mensal do valor fixado por esta, cabendo aos Poderes, ao Ministério Público e à Defensoria Pública promoverem, por ato próprio e nos montantes necessários, limitação de empenho e movimentação financeira, na forma da lei complementar a que se refere o caput.” (NR)

A presente medida corrige o referido incentivo adverso, vinculando a entrega de recursos à arrecadação efetiva dos valores previstos na lei orçamentária. Nossa iniciativa constitucionaliza, ainda, a obrigatoriedade de os Poderes, o Ministério Público e a Defensoria Pública promoverem, por ato próprio e nos montantes necessários, limitação de empenho e movimentação financeira, em homenagem ao princípio da responsabilidade fiscal na gestão pública.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares.

Sala das Sessões, em de de 2019.

Deputado CAMILO CAPIBERIBE